

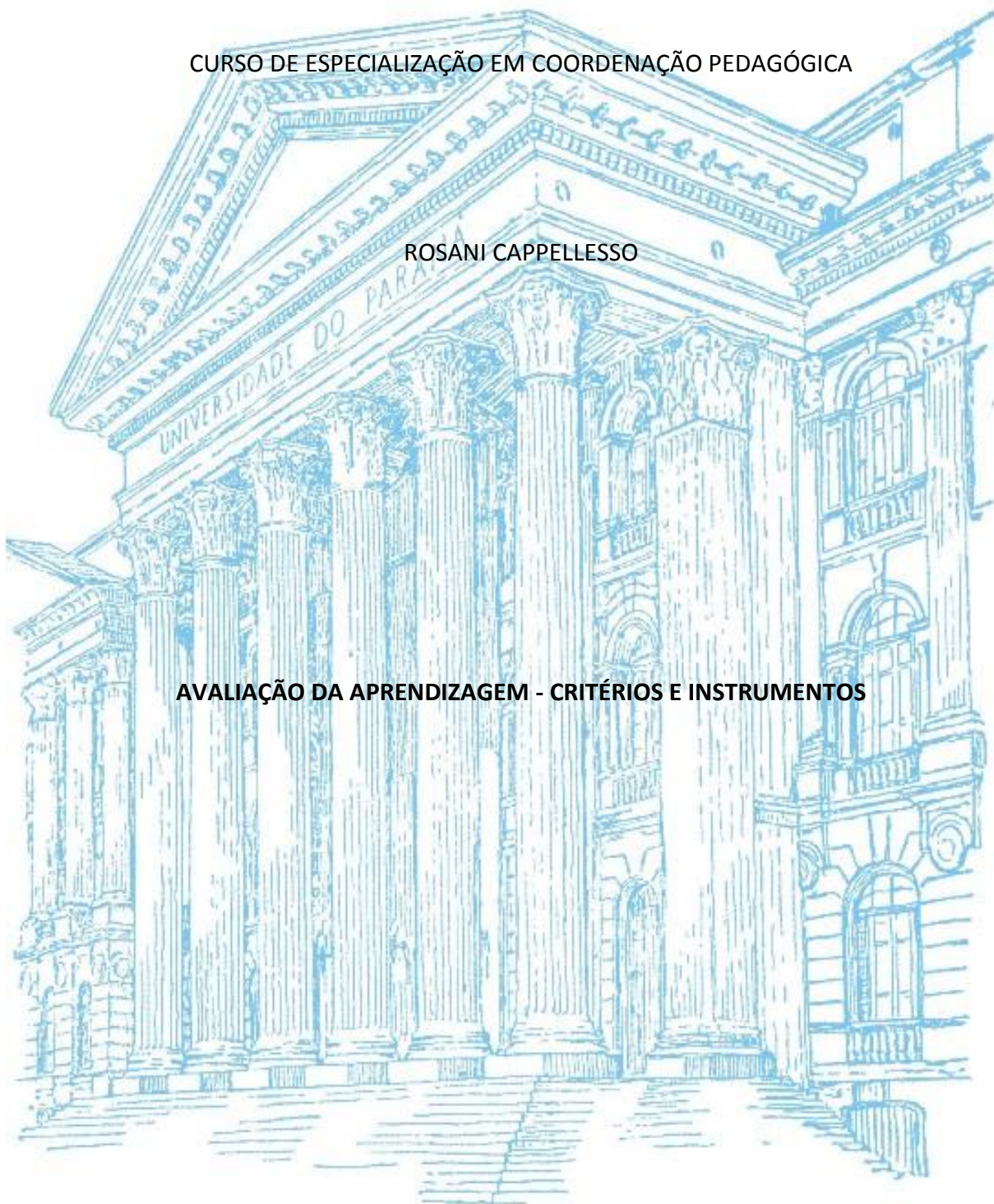
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANI CAPPELLESSO

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM - CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS



CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROSANI CAPPELLESSO

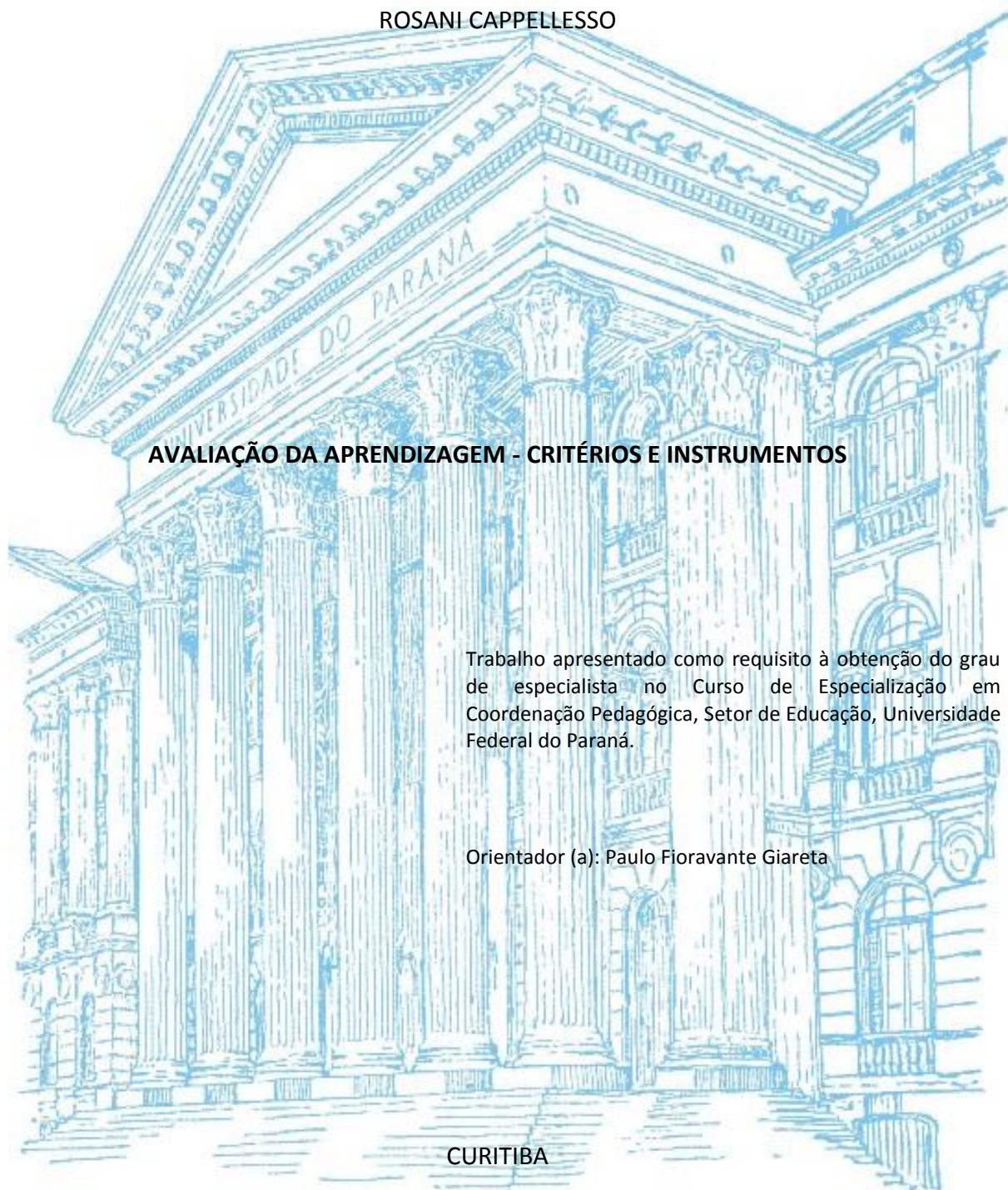
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM - CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Paulo Fioravante Giaretta

CURITIBA

2014



AValiação DA APRENDIZAGEM - CRITÉRIOS E INSTRUMENTOS

ROSANI CAPPELLESSO*

RESUMO

O assunto avaliação da aprendizagem constitui-se em algo complexo e inacabado, dado o fato, de que, a avaliação não incorpora apenas os objetivos escolares, mas também os objetivos ligados à função política e social da escola no mundo atual. Este trabalho apresenta pesquisa sobre a avaliação, tendo como tema a Avaliação da Aprendizagem Escolar. O referido trabalho tem por objetivo averiguar, analisar e refletir sobre a concepção da avaliação, o entendimento e uso dos critérios e instrumentos por parte dos professores do ensino médio de um Colégio Estadual do Paraná, bem como, a contribuição de diversos autores e suas concepções sobre a temática. A metodologia utilizada para o trabalho foi a pesquisa qualitativa possibilitando analisar o questionário aplicado aos professores e também a concepção de avaliação presente na literatura e disposta nos documentos legais que regulamentam, justificam e dão legalidade ao ensino. Conclui-se que um dos achados - por assim dizer – da pesquisa constitui-se em evidenciar que os professores não conseguem dizer ou não entendem qual é o impacto da forma como avaliam no ensino, consideração visível pela recorrência a respostas genéricas, do comportamento do aluno em relação à avaliação, sobre os instrumentos, sobre o processo ensino aprendizagem, sem evidenciar a relação destas categorias no processo avaliativo.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem, critérios e instrumentos, professor, aluno.

*Artigo produzido pela aluna Rosani Cappellesso do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Paulo Fioravante Giareta. E-mail: rosani_cappellesso@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

O interesse na pesquisa/estudo do tema sobre a Avaliação da Aprendizagem, parte da observação da prática avaliativa utilizada pelos professores do ensino médio do Colégio Estadual Leonardo da Vinci. O texto vai trabalhar contemplando três momentos. O primeiro diz respeito a literatura, trazendo a contribuição de alguns autores sobre o processo da avaliação da aprendizagem escolar. O segundo o que está disposto na Lei, ou seja, o que está contemplado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases), no Regimento escolar e no Projeto Político Pedagógico (PPP). Por último, a apresentação da pesquisa qualitativa sobre avaliação da aprendizagem escolar na visão dos professores, os quais responderam algumas questões sobre o referido assunto.

O estudo se justifica pela constatação da necessidade de verificar, analisar, comparar, questionar e refletir sobre as práticas avaliativas da aprendizagem utilizadas no colégio em estudo. Bem como, pela necessidade de garantir aos estudantes que a avaliação seja significativa para a elaboração e construção do conhecimento. A pesquisa demonstra ainda a primordialidade de buscar na literatura, nos documentos oficiais (LDB), Regimento Escolar, PPP e junto aos professores a concepção da avaliação da aprendizagem, como é entendido o processo avaliativo e como se efetiva a prática avaliativa escolar.

Partindo deste pressuposto e em consideração a pesquisa e a observação realizada no ambiente escolar, acredita-se encontrar nas práticas avaliativas utilizadas pelos professores do ensino médio algo intrigante, que merece atenção, estudo e reflexão com vistas a possibilidade de respostas para os questionamentos acerca da avaliação da aprendizagem escolar os quais serão apresentados no final do trabalho.

Pretende-se ao final da pesquisa apresentar os conceitos sobre a avaliação da aprendizagem sob a ótica dos professores do Ensino Médio, bem como um comparativo entre a prática avaliativa da aprendizagem, critérios e instrumentos avaliativos descritos como desejados na LDB, Regimento Escolar e Projeto Político

Pedagógico e a prática que realmente se configura e se efetiva nas salas de aula, fazendo ainda, um contraponto com o pensamento de alguns autores sobre o assunto.

A metodologia para a coleta das informações que constituem a pesquisa foi por meio de questionário. O uso do questionário enquanto técnica de coletas de dados na pesquisa demonstra sua importância quando empregado no sentido qualitativo da pesquisa - que é o de alcançar uma compreensão qualitativa das razões e motivações subjacentes. Este método de pesquisa se utilizado de forma correta, clara e objetiva, é um instrumento com grande poder para a obtenção de informações, bem como, dar sequência aos estudos e trabalhos já realizados.

Segundo Gil (1999, p. 128), o questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc”.

Para Ribeiro (2008, p.13), os pontos fortes no emprego do questionário como técnicas de coleta de dados são: garantia de anonimato; questões objetivas de fácil pontuação; questões padronizadas que garantem uniformidade; deixa em aberto o tempo para as pessoas pensarem nas respostas; facilidade da conversão de dados para arquivos de computador e custo razoável.

A partir dos resultados obtidos através do instrumento, pretende-se demonstrar que a escolha adequada da técnica de coleta de dados é fundamental para que se alcancem os objetivos pretendidos. Espera-se que a partir da pesquisa seja possível contribuir para a construção do conhecimento, bem como, possibilitar aos docentes envolvidos na pesquisa participar, conhecer, refletir sobre sua prática e intervir no processo avaliativo do ensino aprendizagem da escola e em sala de aula.

2 CONCEITUANDO A RELAÇÃO AVALIAÇÃO E APRENDIZAGEM: ELEMENTOS TEÓRICOS

Avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa. Avaliação é, fundamentalmente, acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento. O professor precisa caminhar junto com o educando, passo a passo, durante todo o caminho da aprendizagem. (JUSSARA HOFFMANN)

Muitas são as abordagens, as discussões, reflexões, conceitos e definições em torno do tema avaliação. Suas aplicações, resultados, as mais variadas nuances e concepções tem sido pauta de debates em segmentos e grupos sociais diversificados. E Quando o assunto é avaliação, logo, este nos induz a correlacionar com notas ou conceitos, e isso parece fazer parte do universo imaginário há várias gerações. Os temas recorrentes sobre a avaliação da aprendizagem constituem-se em algo complexo e inacabado, dado o fato, de que, a avaliação não incorpora apenas os objetivos escolares, mas também os objetivos ligados à função política e social da escola no mundo atual. Porém, maioria das vezes evidencia-se que a única finalidade da avaliação da aprendizagem se caracteriza como método utilizado para medir o resultado e não para avaliar o processo como um todo, serve ainda e para atribuir conceitos, notas, para aprovação e reprovação. No entanto, a avaliação deve ser vivenciada como atividade inerente ao processo de ensino e de aprendizagem, que seja reconhecida como uma atividade de investigação do estágio de desenvolvimento do aluno e que se coloque a serviço da promoção do desenvolvimento de todos os alunos. Segundo Luckesi:

O desenvolvimento do educando pressupõe o desenvolvimento das diversas facetas do seu ser humano: a cognição, a afetividade, a psicomotricidade e o modo de viver. Cada sujeito – criança, jovem ou adulto – se educa no processo social como um todo; na trama das relações familiares, grupais, políticas. A educação é o meio pelo qual a sociedade se reproduz e se renova cultural e espiritualmente, com conseqüências materiais. A sociedade necessita reproduzir-se para manter o estágio de desenvolvimento a que chegou, mas necessita também renovar-se para atender às necessidades e aos desafios emergentes. A educação, nas suas diversas possibilidades serve à reprodução, mas também a renovação da sociedade (LUCKESI, 2005, p.126).

Nesse contexto, podemos dizer que a avaliação está direta e profundamente ligada com a função social da educação por ser um elemento dos fazeres e das ações tendo em vista, que a avaliação não é uma atividade técnica restringindo-se a mera verificação de desempenho, com a finalidade de atribuição de notas e conceitos com finalidades classificatórias, ela também se caracteriza como atividade política e ideológica. Nesse sentido segundo Luckesi (2005, p.33),

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo. A definição mais comum adequada, encontrada nos manuais, estipula que a avaliação é um

juízo de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão.

Para Vasconcellos (2005, p. 36):

A avaliação, sob uma falsa aparência de neutralidade e de objetividade, é o instrumento por excelência de que lança mão o sistema de ensino para o controle das oportunidades educacionais e para a dissimulação das desigualdades sociais, que ela oculta sob a fantasia do dom natural e do mérito individualmente conquistado.

O referido autor ainda confirma que “a Avaliação Escolar é, antes de tudo, uma questão política, está relacionada ao poder, aos objetivos, às finalidades, aos interesses que estão em jogo no trabalho educativo”. (VASCONCELLOS, 2005, p.56).

Partindo desse pressuposto Luckesi (2011), ressalta que aprender a avaliar a aprendizagem é uma tarefa que está diante de todos nós e em caráter de emergência. De acordo com o autor, aprender a avaliar significa aprender sobre os teóricos da avaliação, suas teorias, mas, concomitante a isso, é aprender a avaliar na prática. Luckesi (2002) afirma ainda, que avaliação da aprendizagem na escola tem dois objetivos, auxiliar o educando no seu desenvolvimento pessoal, a partir do processo de ensino aprendizagem, e responder à sociedade pela qualidade do trabalho educativo realizado. Seguindo a linha de raciocínio de Luckesi, Sousa nos diz que:

(...) A avaliação se constitui em um processo escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o juízo das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria definição (SOUSA, 1995, p.63).

No que se refere às funções da avaliação Enguita deixa claro que:

São potencialmente duas: o diagnóstico e a classificação. Da primeira supõe-se que permita ao professor e ao aluno detectar os pontos fracos deste e extrair as consequências pertinentes sobre onde colocar posteriormente a ênfase no ensino e na aprendizagem. A segunda tem por efeito hierarquizar os alunos, estimular a competição, distribuir desigualmente as oportunidades escolares e sociais e assim sucessivamente. A escola prega em parte a avaliação na primeira com base

na primeira função, mas emprega fundamentalmente para a segunda” (ENGUIITA 1989, p.206).

Todos ou quase todos os trabalhadores da educação sabem, que a avaliação constitui-se em um processo socialmente construído, certamente porque se integra em opções estratégicas, pautadas por determinados pressupostos e ideologias indutoras de mudanças nas práticas e nas relações sociais. É preciso entender que a avaliação é uma prática social complexa, ela se depara com elementos que remetem a um pluralismo epistemológico, manifestação da grande variedade do pensamento crítico reflexivo na ação de junção ou articulação entre os sujeitos nos distintos processos sociais de elaboração, construção e ou, produção do conhecimento.

Portanto, avaliar significa ainda compreender a finalidade dessa prática a serviço da aprendizagem. Para Luckesi (2005), a avaliação deverá verificar a aprendizagem não a partir dos mínimos possíveis, mas sim a partir dos mínimos necessários. Pressuposto que nos remete a concepção gramsciana de que:

(...) a escola não deve só tornar cada um mais qualificado, mas deve agir para que cada cidadão possa se tornar governante e que a sociedade o coloque, ainda que abstratamente, nas condições gerais de poder fazê-lo; a democracia política tende a fazer coincidir governantes e governados (...). É preciso que a ação pedagógica em geral e a de avaliação seja racionalmente decididas (Gramsci 1991b, p.137).

As contribuições dos autores acima citados divergem em certos pontos, mas, deixam claro que dentre as finalidades, funções e objetivos da avaliação, avalia-se para afirmar valores, ou seja, para subsidiar, induzir, provocar mudanças em uma dada direção, evidenciando-se que não há neutralidade nos caminhos, nos procedimentos, nos critérios e nos instrumentos que são utilizados em uma atividade ou em um processo avaliativo. Também deve ser vista e usada como um instrumento de tomada de posição favorável ou desfavorável ao objeto de avaliação, com uma consequente decisão de ação.

A avaliação da aprendizagem utilizada de modo geral, mede o nível de aprendizado de cada aluno e também busca identificar possíveis problemas no método de ensino. Isto quer dizer, que ela não serve apenas para aprovar ou

reprovar. A avaliação da aprendizagem acima de tudo deve detectar as facilidades e as dificuldades de aprendizagem dos educandos, para que possam ser acompanhados a longo prazo, tendo em vista que é uma etapa a ser cumprida na vida, logo, na escola não é diferente, a avaliação da aprendizagem escolar deve possibilitar ao professor o acompanhamento da elaboração e a construção do conhecimento do aluno. Esta ação tem como finalidade perceber onde o aluno está e quais as estratégias necessárias para chegar ao seu objetivo que é antes de tudo a efetivação do processo de aprendizagem.

Portando, pode-se dizer que avaliação é o resultado de um acompanhamento contínuo e sistemático, com diferentes formas de avaliar, visando à adequação de conteúdos, o comprometimento e o interesse dos alunos, bem como participação e compromisso em estudar. Que a avaliação ideal é aquela que se articula com um projeto pedagógico e com seu conseqüente projeto de ensino, priorizando o desenvolvimento dos educandos, deve ter como finalidade ainda, subsidiar e instrumentalizar o professor para um replanejamento sobre as metas a serem atingidas, nesse sentido, a função da avaliação é diagnosticar e estimular o avanço do conhecimento, caminhar em direção à competência coletiva, que tem como referência o projeto de escola, favorecendo uma relação de compromisso do aluno com o trabalho escolar. Assim sendo, fica evidente que a avaliação é um dos assuntos que mais desafia professores e pesquisadores, pois se caracteriza como elemento central da escolarização e, por conseguinte, da prática pedagógica e sua existência em diferentes contextos, os quais lhe imprimem características e determinam sua definição na esfera educacional.

3 A AVALIAÇÃO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES – LDB E DOCUMENTOS OFICIAIS

A avaliação é disciplinada por documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (L.D.B.) nº 9394/96. Constatação já feita anteriormente no texto, quando discutido o rendimento escolar, e que se articula a própria definição de seu Art. 9º, Inciso VI, ao referendar a Organização Nacional da Educação propondo “assegurar processo Nacional de avaliação do rendimento escolar no

ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”.

Proposição reafirmada no Art. 12, incisos V e VII, ao prescreverem que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de promover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento e informar pai e mãe ou responsáveis legais sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

Para os docentes a LDB determina no seu Artigo 13 II, III e IV, que os mesmos incumbir-se-ão de “elaborar e cumprir plano de trabalho segundo a proposta pedagógica do estabelecimento e ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos [...] estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”.

Quanto ao disciplinamento da estrutura e funcionamento da Educação Básica, a LDB determina no seu Art. 23 que:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

Este princípio indicando possível flexibilidade na organização curricular orienta, também, ainda no inciso V do Art. 24 que

A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Mesmo que a educação superior não seja o foco da pesquisa, ainda assim, cabe destacar que para a educação superior no Art. 47 § 1º fica estabelecido o seguinte: “As instituições informarão aos interessados, antes de cada período letivo,

os programas dos cursos e demais componentes curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação, obrigando-se a cumprir as respectivas condições”. Já no § 2º do mesmo artigo subscreve-se: “Os alunos que tenham extraordinário aproveitamento nos estudos, demonstrando por meio de provas e outros instrumentos de avaliação específicos, aplicados por banca examinadora especial, poderão ter abreviada a duração dos seus cursos, de acordo com as normas do sistema de ensino”.

Outro documento legal que disciplina a Avaliação é o Regimento Escolar. O Regimento Escolar da Instituição de ensino pesquisada, por sua vez, no que tange a avaliação, na Seção X, pelo Art. 125 estabelece que “a avaliação é uma prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem, com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento pelo aluno”. Proposição complementada no Art. 126 ao afirmar que “a avaliação é contínua, cumulativa e processual devendo refletir o desenvolvimento global do aluno e considerar as características individuais deste no conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Preconizando, ainda, pelo Parágrafo Único que “dar-se-á relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração pessoal, sobre a memorização”.

No que diz respeito aos critérios e instrumentos a serem utilizados pelos professores no processo avaliativo nos Artigos, 127, 128, 129 e 130 do documento que rege e normatiza a avaliação no estabelecimento de ensino expressa que a avaliação deve ser desenvolvida tendo em vista a função dos conteúdos, apropriando-se de métodos e instrumentos diversificados, coerentes com as concepções e finalidades educativas expressas no Projeto Político-Pedagógico da escola. Assim, prevê que os critérios de avaliação do aproveitamento escolar serão elaborados de forma coerente à organização curricular e que a prática avaliativa utilizar procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno, evitando-se a comparação dos alunos entre si. Por fim, preconiza que o resultado da avaliação deve proporcionar dados que permitam a reflexão sobre a ação pedagógica, contribuindo para que a escola possa reorganizar conteúdos/instrumentos/métodos de ensino. Proposições salvaguardadas pelo Parágrafo Único do artigo 130 ao prescrever que “é vedado submeter o aluno a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Os resultados e recuperação de estudos por sua vez são amplamente

normatizados pelos Artigos 131,132,133,134 e 135 ao prever que:

Na avaliação do aluno devem ser considerados os resultados obtidos durante todo o período letivo, num processo contínuo, expressando o seu desenvolvimento escolar, tomado na sua melhor forma; Os resultados das atividades avaliativas serão analisados durante o período letivo, pelo aluno e pelo professor, observando os avanços e as necessidades detectadas, para o estabelecimento de novas ações pedagógicas; A recuperação de estudos é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos; A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem; A recuperação será organizada com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição, construído coletivamente por membros e representantes de todos os segmentos que constituem aquilo que chamamos de comunidade escolar, contempla e define as intenções e objetivos para a realização do processo avaliativo. O PPP do Colégio Estadual Leonardo da Vinci define uma concepção de homem, sociedade, conhecimento, educação, cultura, cidadania, ensino aprendizagem, avaliação, entre outros, articulada a dimensão político-pedagógica de produzir uma concepção de educação e sociedade democráticas.

No que diz respeito a concepção de avaliação e avaliação da aprendizagem, o PPP da escola destaque que é através da gestão participativa que promovemos o compromisso coletivo com a educação, ou seja, oportunizar ao aluno vivências e experiências que o levem não somente a adquirir conhecimentos, mas também que seja capaz de produzi-los, que esteja ciente, consciente e crítico enquanto parte integrante do mundo que o cerca.

O PPP evidencia, ainda, que a avaliação, no processo de ensino-aprendizagem, tem um sentido crítico e não pode ser utilizada como instrumento de exclusão dos alunos, portanto não se pode deixar para avaliar apenas ao final de determinado processo. A avaliação deve possibilitar ao professor detectar as dificuldades dos alunos, bem como os fatores, que determinam tais dificuldades, para que o mesmo possa mudar sua metodologia e obter o êxito do ensino e aprendizagem.

Preconiza, também, a função do educador face a avaliação, prevendo que esta deve repensar acerca dos instrumentos e critérios utilizados no processo

de avaliação, acerca da necessidade de constituir políticas e práticas que considerem a diversidade e que estejam comprometidas com o sucesso e não com o fracasso escolar.

Assim, podemos afirmar, a partir do PPP da escola, que a avaliação da aprendizagem escolar é compreendida como um mecanismo de diagnóstico das possibilidades e dificuldades do aluno, que orienta os próximos passos do processo educativo, tendo, por isso, também caráter formador. O ato de avaliar a aprendizagem passa a constituir, então, um processo contínuo, dinâmico e cumulativo, com prevalência dos aspectos de qualidade sobre os de quantidade, ou seja, considera não só o resultado, mas também o próprio processo de aprendizagem e as atitudes demonstradas pelo aluno. Além da dimensão cognitiva, o desenvolvimento da afetividade, da socialização, do autoconhecimento, da auto-estima, da criatividade, da ética e da autonomia constitui parte essencial da formação do educando e, por conseguinte, do processo avaliativo.

Par tanto, o próprio PPP da escola preconiza que está na proposta avaliativa da aprendizagem do aluno a possibilidade de avaliar a qualidade do trabalho pedagógico realizado, identificando através dos seus resultados, o nível de elaboração de cada aluno, os avanços, as dificuldades surgidas. Pelo que, a comunidade escolar Leonardo da Vinci expressa como objetivos da sua ação educativa a não reprovação e a qualidade nos processos de ensino aprendizagem, por entender que os movimentos avaliativos partem da necessidade de conhecer a realidade para explicar e compreender as causas de existência dos problemas que se configuram como limites e as possibilidades de mudança, num esforço conjunto para a proposição de ações que visem a melhoria do processo ensino aprendizagem como um todo.

4 A AVALIAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS PROFESSORES

A avaliação da aprendizagem é comumente classificada como algo complexo e inacabado, tendo como função primordial calcular a qualidade da aprendizagem dos educandos em sala de aula. Ação, esta, que possibilita intervir no processo de aprendizagem realizando correções, ou seja, ensinar novamente se for necessário.

Assim, acreditamos que refletir e repensar a avaliação, bem como, os critérios e instrumentos utilizados para tal, são atos imprescindíveis para se ter clareza de que o ensino e a aprendizagem não se dissociam.

Tendo em vista o baixo aproveitamento da aprendizagem discutido nos mais diversos meios e divulgado pela mídia, a que se perguntar: será que os estudantes é que não estão aprendendo ou são os docentes que não estão ensinando, avaliando ou utilizando os instrumentos e critérios avaliativos adequadamente ao que chamamos de processo de ensino aprendizagem?

Partindo dessa perspectiva a intenção é analisar o questionário aplicado aos professores do ensino médio do Colégio Estadual Leonardo da Vinci situado na rua Salgado Filho nº175 no Município de Dois Vizinhos- Paraná. Estabelecimento escolar que obteve a autorização para o seu funcionamento pela Resolução 416/83 de 10/03/1983.

Atualmente, são ofertados no estabelecimento o ensino nos níveis: Ensino Fundamental Anos Finais, Ensino Médio Regular e Ensino Médio Profissional Integrado, com a oferta dos cursos de Técnico em Informática e Formação de Docentes. O corpo docente é composto por 89 professores 34 funcionários e 1.294 alunos, com funcionamento nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Os questionários foram entregues a quinze (15) professores de disciplinas variadas. No momento da entrega os professores tiveram conhecimento dos objetivos da pesquisa e foram informados que suas opiniões e conceitos sobre a pesquisa seriam respeitados, bem como o tempo para que os mesmos respondessem á pesquisa. Dos quinze questionários distribuídos treze retornaram, porém três incompletos sendo inutilizados.

Assim, o trabalho de análise deu-se a partir de dez questionários efetivamente respondidos. O referido questionário foi estruturado a partir de questões norteadoras, com caráter qualitativo, sendo que, as questões fazem referência sobre a concepção de avaliação da aprendizagem de cada professor. As respostas foram agrupadas a fim de evitar repetições e os professores que participaram da pesquisa terão sua identidade preservada, serão identificados, aqui, como professor A, B, C, D, E, F, G, H, I e J.

As questões respondem pelas respectivas intencionalidades: evidenciar o entendimento do professor sobre prática avaliativa e os objetivos sobre a prática de avaliar; o entendimento do professor sobre critérios e instrumentos avaliativos; a explicitação dos instrumentos e critérios avaliativos que o professor mais utiliza em sua

prática e a explicitação do porquê confere preferência aos mesmos; e sua leitura sobre o impacto de sua prática avaliativa sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A análise dos questionários mostra, inicialmente, que para os professores a prática avaliativa faz parte do processo do ensino aprendizagem. Avaliar significa diagnosticar o que foi aprendido pelo aluno. Esta indicação fica evidenciada pelas afirmações com a do professor A ao dizer que “a prática avaliativa está representada em todos os procedimentos, intra e extraclasse, envolve professor e aluno e tem por objetivo avaliar o processo como um todo”. Para o professor G “a prática avaliativa é entendida como as interações e intervenções que acontecem e se sucedem no cotidiano da escola”. O professor E, por sua vez, deixa claro em suas contribuições que “avaliar não significa classificar o aluno em “forte” ou “fraco”, que a avaliação é uma reflexão sobre a aprendizagem e tem que levar em consideração os objetivos estabelecidos inicialmente, o desenvolvimento do aluno e o trabalho do professor”. O professor F, ainda, indica “a importância da avaliação enquanto diagnóstico para verificação quanto ao aprendizado de “novos” conceitos científicos após as explicações, resoluções de exercícios e práticas”. Afirmações que também identificam a prática avaliativa a formas de avaliar periodicamente, ou seja, diariamente, semanalmente ou mensalmente. Para o professor J “a prática avaliativa consiste na aplicação de instrumentos avaliativos capazes de diagnosticar e validar o conhecimento adquirido pelos alunos e também a eficácia do trabalho docente. A avaliação serve como parâmetro para a continuidade do processo”.

Assim, percebe-se que para a maioria dos professores o objetivo da prática avaliativa é o de verificar o quanto se avançou em determinados conhecimentos, quais são reconhecidos após ampla discussão e vivências e ainda o que precisa ser retomado. O objetivo principal é o de verificar, detectar, diagnosticar se o ensino é eficaz ou não, ou seja, ter certeza se aquilo que foi ensinado também foi apreendido.

Quanto ao entendimento dos professores sobre os critérios e instrumentos avaliativos capazes de dar materialidade ao entendimento e objetivos acima explicitados, de modo geral é possível afirmar que os professores os entendem como a forma pela qual se organiza a avaliação, ou seja, como itens comuns a todos os alunos.

Para os professores os critérios e instrumentos avaliativos devem ser explicitados aos alunos para que tenham conhecimento prévio do caráter de tal avaliação. Os critérios de avaliação devem estar em consonância com os objetivos

específicos de cada disciplina e de que eles são a base para o ato de avaliar. O professor A pontua que

Os critérios podem ser definidos como formas pré determinadas para avaliar, que o aluno precisa saber que critério rege cada momento avaliativo. Instrumentos são as formas diversificadas empregadas para avaliar o bom ou o mau resultado de um trabalho pedagógico. Não há um instrumento único para avaliar. Todas as formas de avaliar podem e são consideradas como instrumentos. Ex. provas escritas, exposições orais, pesquisas “orientadas” que não possibilitem cópias, tanto nas produções individuais quanto em grupo.

Na concepção do professor J “os critérios são itens relevantes para a composição do conceito da avaliação, sendo que para cada instrumento avaliativo (avaliação teórica, prática, seminários, etc.), poderão existir diferentes critérios de avaliação”. Já para o professor D, critérios e instrumentos avaliativos significam: “colher informações sobre a capacidade de aprendizado dos alunos. Fica o critério para cada professor definir os instrumentos que serão utilizados para melhor acompanhar o processo de aprendizagem dos seus alunos”. O professor G, por sua vez, afirma que “são os meios e as formas que você utiliza para avaliar como: observação, interação, provas, trabalhos, participação dos alunos”. Para o professor I, ainda, os critérios avaliativos “devem nortear o trabalho do professor, servem para o professor agir de forma igualitária com todos os alunos. Espero que meu aluno aprenda e os instrumentos (provas, trabalhos...) sirvam para diagnosticar o processo”.

Embora fique perceptível que os professores não demonstrem clareza sobre critérios e instrumentos avaliativos, conforme evidenciado, por exemplo, na fala do professor D, apresenta-se conveniente, anterior a qualquer consideração analítica, que possamos nos aproximar da resposta dos professores sobre quais são os instrumentos avaliativos que mais utiliza na sua prática e o porquê da preferência aos mesmos.

Partindo do reconhecimento de que cada instrumento avaliativo está vinculado a objetivos explícitos, nos aproximamos das respostas dos professores e identificamos que as provas e trabalhos, tanto individuais como em grupo, são os instrumentos utilizados com mais frequência, provavelmente por atenderem ao requisito legal exigido pelo sistema de ensino. Mas as apresentações de trabalho, a participação, a criatividade, o interesse pela pesquisa, a elaboração e lista de exercícios, relatórios e avaliações contínuas são bastante utilizados.

Entre os professores é consenso a utilização dos seguintes instrumentos: a interpretação, a forma de expressão, a participação nos seminários, processos descritivos, avaliações orais e escritas, trabalhos em grupo e individual, práticas recreativas e de socialização. O professor I pontua que “os instrumentos avaliativos mais utilizados em sua prática são os seminários, os debates e provas escritas, por achar que estes demonstram o que cada aluno aprendeu, alguns tem mais facilidade para falar e outros escrever, desta forma ambos podem ter sucesso”. O professor A ressalta importância de “explorar bastante a leitura e interpretação, a construção de sentidos, a produção textual nos diferentes gêneros. Detalhe: com valores entre 20, 30 e 50 a fim de que o aluno possa ter melhor resultado de forma geral”. O professor J diz que

Normalmente, na minha prática pedagógica, utilizo alguns instrumentos como a avaliação teórica, avaliação prática, apresentação de trabalhos, trabalhos em grupo e pesquisas de campo. Por trabalhar na área técnica, acredito que esses instrumentos me permitam avaliar o aluno de maneira mais ampla, aliando a teoria e a prática.

O professor D, por sua vez, responde a questão dizendo “pensar em instrumentos diversos e mais adequados com suas finalidades, capazes de detectar o desenvolvimento de aprendizagem do aluno, acompanhando assim o processo educativo vivido, por alunos e professores tornando possível realizar uma análise crítica e reflexiva”. O professor C aponta para seminários “percebo claramente a participação, o envolvimento e o compromisso com o conhecimento”, indica, também, pela opção por atividades avaliativas em folhas “posso ver o certo e o errado e retomar”, bem como pela produção de textos “posso verificar a aproximação da língua padrão e sua variação”, pelos diálogos “ajuda na promoção pessoal” e, ainda, pela opção por cadernos e atividades em sala “o professor acompanha o crescimento e a participação.

A literatura sobre avaliação aponta que:

Quanto aos critérios e instrumentos de avaliação, (...) não há um instrumento de avaliação, há apenas instrumentos que podem servir para avaliação. (...) a virtude formativa não está no instrumento, mas sim, se assim se pode dizer, no uso que dele fazemos (...), (Hadji. 1999 p.32)

Evidencia-se, portanto, que produzir bons e adequados instrumentos para coletar dados na avaliação da aprendizagem dos educandos, sem subterfúgios, sem enganos, sem complicações desnecessárias, sem armadilhas, significa preparar uma avaliação intencional bem planejada independente do instrumento a ser utilizado, o importante é que este possibilite a melhoria no processo de aprendizagem após a verificação do nível de conhecimento em que os alunos se encontram e onde se pretende chegar.

O entendimento do professor sobre o processo avaliativo e os critérios e instrumentos avaliativos, bem como a sua opção por instrumentos específicos de avaliação demandou a indagação sobre a leitura que os mesmos fazem dos possíveis impactos de sua intencionalidade avaliativa sobre o processo de ensino-aprendizagem.

O professor A reconhece que “a maioria se empenha no desenvolvimento das atividades, pois está sendo avaliado constantemente e tem oportunidade de melhorar cotidianamente”. Já o professor B diz acreditar “que seja positivo, pois todos são avaliados pelo seu crescimento individual, considerando o seu próprio desenvolvimento em determinado conteúdo ou prática esportiva, recreativa, motora ou intelectual”. Segundo o professor C o impacto da forma como o mesmo avalia se dá no fato de que “muitas vezes eles reclamam que podem pesquisar e importante é saber mesmo, é tudo diferente das atividades em sala, e no mesmo tema e conteúdo. Assim, assumem que tem que saber”. Percebe-se na explanação do professor E que o mesmo não entendeu o questionamento, pois diz que “a avaliação é contínua e diagnóstica e ela acontece sempre”. O professor F, por sua vez, espera que “a avaliação faça os alunos a reverem os conteúdos, tirem as dúvidas que surgiram após as avaliações e dessa maneira o auxilie no processo do ensino aprendizagem”. Já para o professor G o impacto da forma de avaliar no processo do ensino aprendizagem é considerado “normal, preparo os alunos com antecedência, faço revisões antes das provas e acredito que os alunos encaram como algo natural”. Vale observar, ainda, as palavras do professor H, para o qual “a avaliação é necessária, pois permite identificar deficiências no processo educativo, conhecer o nível de desempenho do aluno e sempre que necessário refletir sobre a minha prática”. Por fim, o professor J transcreve sua resposta dizendo que: “obviamente não consigo realizar uma avaliação integral de cada aluno, conhecendo suas realidades e habilidades individuais específicas, mas de forma geral, consigo obter índices que me auxiliam na análise do processo como um todo e permitem repensar como anda o ensino aprendizagem de cada turma”.

Pode-se dizer que a quarta e última questão foi demonstra um grande entrave no processo de percepção da avaliação pelo professor, uma vez que ele tem dificuldade de elaborar uma leitura clara e objetiva sobre o impacto de sua prática avaliativa no processo de ensino-aprendizagem.

Destacam-se os seguintes pontos que dão sustentação aquilo que realmente chamou nossa atenção na pesquisa. Primeiro: os professores não conseguem dizer ou não entendem qual é o impacto da forma como avaliam no ensino, consideração visível pela recorrência a respostas genéricas, do comportamento do aluno em relação à avaliação, sobre os instrumentos, sobre o processo ensino aprendizagem, sem evidenciar a relação destas categorias no processo avaliativo.

O segundo ponto observado é que os professores, quase na sua totalidade, entendem que o impacto ainda está centrado no conteúdo e isso se configura na ausência de leitura sócio-política do processo avaliativo. Isso é evidenciado quando descrevem que o impacto da forma como avaliam é uma atividade fundamental de reflexão, pois permite identificar as deficiências tanto no ensino quanto na aprendizagem, e que conhecer o nível de desempenho do aluno é o reflexo da própria prática no desenvolvimento das atividades, pois ao mesmo tempo em que avalia, está sendo avaliado constantemente e tem a oportunidade de fazer melhor e melhorar cotidianamente.

Por fim, o terceiro ponto identificado é que nenhum professor evidencia ou pontua sobre a questão sócio política e sua relação com a avaliação no processo de ensino aprendizagem, essa é uma característica configurada pela ausência de leitura e de estudo sobre questões sociais e políticas, as quais estão atreladas e por conseguinte são indissociáveis do processo de avaliação da aprendizagem escolar.

Segundo Sobrinho (2003, p. 27) a avaliação

Torna-se cada vez mais complexa a medida que considera insuficientes os procedimentos meramente descritivos e reclama a consideração de aspectos humanos, psicosociais, culturais e políticos, onde não há consensos prévios e os entendimentos precisam ser construídos.

Portanto, considerando a análise dos dados, observa-se no relato dos professores, no posicionamento dos autores e evidenciado nos documentos oficiais, que a avaliação deve ser diagnóstica, processual e formativa. Que o aluno aprenda

ao ser avaliado, e possa perceber sua evolução dentro do processo através da diversidade de instrumentos e critérios de avaliação lançados pelo professor.

Parece consenso que avaliação pode ser realizada de maneira simples, que parte desde uma ingênua observação até sofisticados testes, produzidos segundo normas e critérios técnicos de elaboração e padronização. É conferido a avaliação o objetivo primordial de verificar se realmente o aluno aprendeu, sistematizou, observou e assimilou o que de fato o professor ensinou. Porém ao longo do percurso professor deve se questionar sobre o que necessariamente avaliar.

Isso deve-se ao fato de que, infelizmente, a principal finalidade da avaliação vivenciada hoje nas escolas está centrada no conteúdo, tem caráter classificatório e de seleção dos alunos, servindo à discriminação escolar e social, constituindo-se, em um poderoso instrumento de negação do direito à educação. Desta maneira, não há em abstrato uma avaliação que possa ser considerada adequada, apesar de ser exigida para legalizar e configurar credibilidade ao sistema de ensino.

Todo instrumento de avaliação é adequado desde que permita coletar as informações que se deseja, tendo em conta os objetivos previstos pela instituição de ensino, pelo currículo da etapa de aprendizagem onde o aluno se encontra e dos objetivos em relação a cada indivíduo avaliado, considerando-se a especificidade de cada um, o jeito de cada aluno aprender. Os critérios e instrumentos de avaliação devem emergir no processo educacional e social que é assumido pelo todo escolar, mas de forma específica e principalmente pelos professores que estão à frente do processo de ensino aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que o problema da avaliação da aprendizagem existe e isso acredita-se que ninguém põe em dúvida. Fato este constatado tanto na contribuição dos autores quanto na fala dos professores. A avaliação é apontada hoje como um grande desafio, isso é consenso entre pesquisadores e educadores, tendo em vista que os mesmos explicitam diferentes compreensões sobre o assunto.

Alguns autores defendem a idéia de que a avaliação da aprendizagem ainda é utilizada como processo para medir o conhecimento do aluno para que se possa atribuir uma nota a fim de atender as exigências legais, outros dizem que a

avaliação e aprendizagem são processos indissociáveis. E há aqueles que consideram a avaliação como um ato sócio-político afirmando que nesse processo não há neutralidade.

Ressaltamos, com base no estudo, que a avaliação deve ser um processo contínuo que possa servir como um instrumento de investigação da prática pedagógica e da aprendizagem, visando à qualidade do ensino, que nem sempre é justa e igualitária. Que acompanhar o desempenho através da avaliação é, ou pelo menos deveria ser antes de tudo, um instrumento para subsidiar práticas futuras para superar problemas. Porém, o que se percebe na fala da maioria dos docentes na pesquisa em geral, é que os alunos são problema por não prestarem atenção, embora saibamos, que as avaliações nem sempre sejam bem elaboradas, que grande parte dos professores apesar de ter conhecimento, domínio do conteúdo e capacidade de trabalho ainda estão distantes, ausentes ou carentes de leitura sobre como o contexto sócio político influencia no processo avaliativo.

Esse déficit empobrece sua prática, fazendo com que os mesmos não consigam atingir o verdadeiro objetivo do processo avaliativo que é a verificação, para saber se o aluno realmente entendeu determinado conteúdo e se os instrumentos e critérios utilizados foram suficientes e corretos. Assim, os professores precisam instrumentalizar-se e enriquecer sua prática não somente com conteúdos afins a sua área de atuação.

Portanto, professores e alunos precisam ter clareza quanto aos avanços da avaliação, e esse deve ser o objetivo principal desta no processo do ensino aprendizagem. Essa deve ser a dinâmica de interação da prática que se configura na construção do conhecimento e na troca de papéis que se alteram, entre aquele que ensina e aquele que aprende quem ensina tem por objeto primordial de conhecimento o aluno, que aprende, e não tão somente o saber que deve mediar ou transmitir.

Fica claro que dessa maneira ao mesmo tempo em que aprende o aluno também ensina. Assim sendo, na escola não há homogeneidade, e isso significa que novas experiências entre o ensinar e o aprender implica em admitir por vezes certo desequilíbrio, o qual culminará numa aprendizagem mais rica resultando num processo coletivo de construção do conhecimento. É essencial ter clareza de que, nos processos de ensino aprendizagem, a avaliação desejável não acontece em momentos 'pontuais, mas sim, acompanha o processo de aprendizagem do aluno e

a sua evolução em relação a ele mesmo e aos objetivos de cada ação e de cada conteúdo, por isso, o aluno deve ser avaliado desde o momento em que entra na instituição.

Portanto, se para os autores aqui citados, os professores pesquisados e o disposto nos documentos oficiais que normatizam e dão legalidade ao ensino, a avaliação ideal é aquela que articula com um projeto pedagógico e com seu consequente projeto de ensino, que prioriza o desenvolvimento dos educandos de forma integral, logo, que ela deve criar as condições para que o aluno se situe como sujeito da avaliação, estimulando-o a identificar o que já sabe a situar suas dificuldades, a estabelecer propósitos, coletar, analisar e sintetizar os dados, conduzindo a uma decisão nova, a uma ação nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele. A avaliação da aprendizagem deve contribuir para que o aluno se conheça melhor, identifique suas potencialidades e dificuldades e estabeleça projetos, não só em relação à escola, mas para a vida.

Conclui-se então que através desta pesquisa foi possível observar, analisar e reconhecer que se faz urgente e necessário, enfrentar desafios que estão postos e buscar novas perspectivas para a construção de um processo de avaliação da aprendizagem, e que essa busca seja capaz de contribuir para tornar real aquilo que desejamos como reflexo de uma educação verdadeiramente democrática e de qualidade. Devemos, portanto, lançar o olhar ao conjunto da obra se desejamos efetivamente praticar atos avaliativos para uma prática educativa de qualidade, eficiente e bem sucedida. Isso significa estar atento à sua eficiência e eficácia tendo clareza dos objetivos pretendidos tanto para o ensino quanto para a aprendizagem. É imprescindível considerar o fato de que: "A avaliação é o melhor desconfiômetro da competência humana"(Demo, apud Lawrence et al., 2000,p.12).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

CERVI, R. de M. **Planejamento e Avaliação Educacional**. 2 ed. Curitiba: Ibpex, 2008;

COLÉGIO ESTADUAL LEONARDO DA VINCI. **Projeto Político Pedagógico**. Paraná, 2012;

COLÉGIO ESTADUAL LEOARDO DA VINCI. **Regimento Escolar**. Paraná, 2012;

FREITAS, L.C. de; FERNANDES, C. de O. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007;

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 b.

HOFFMANN, J. **Avaliar para Promover: As setas do caminho**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2005;

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005;

_____. **Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?** Série Ideias (8):71-80. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990;

LUDKE, M.; MEDIANO, Z. **Avaliação na Escola de 1º Grau: Uma análise Sociológica**. 3 ed. Campinas: Papyrus,1994;

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9394/96**. 5 ed. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2010;

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafio à Teoria e à Prática de Avaliação e Reformulação de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2001;

SOUSA, S.M.Z. **Avaliação da Aprendizagem: Teoria, Legislação e Prática no Cotidiano de Escolas de 1º Grau**. Série Ideias (8): 106-118. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990;

_____. Avaliação Institucional: elementos para discussão. **Revista de Educação AEC**, Brasília -DF, ano 24, nº 94, p.59-66, jan./mar.,1995.

VASCONCELLOS, C. dos S. **Avaliação: Concepção Dialética – Libertadora do Processo de Avaliação Escolar**.15ªed. São Paulo: Libertad, 2005.